

## POR UMA HISTÓRIA PERMANENTE DO OUTRO: PRÁTICA PEDAGÓGICA ACERCA DOS REPUGNANTES ANÚNCIOS PUBLICIZADOS SOBRE OS ESCRAVOS E AMA DE LEITE

Jenerton Arlan Schütz<sup>1</sup>

**Resumo:** A presente pesquisa apresenta uma prática pedagógica realizada durante a aula de história com uma turma de 8º ano em uma escola municipal de Ijuí, Rio Grande do Sul. A proposta foi a de pesquisar anúncios de escravos e amas de leite publicizados em jornais durante o século XIX, nesse ínterim, a experiência demonstrou o quão importante é constituir uma história permanente do Outro, uma história capaz de trazer à luz as barbáries, as opressões e os oprimidos, as exclusões e os excluídos. É assumindo uma perspectiva de alteridade no âmbito educacional que se pode vir a constituir um mundo humano comum, mais justo, solidário e harmônico, com possibilidades para a convivência plural, pois, apenas uma educação comprometida com o mundo comum (o eu, o Outro, e tantos outros) dá as boas-vindas a todos na esperança de que possam amá-lo à sua maneira singular.

**Palavras-chave:** Alteridade. Anúncios. Escravidão. História. Racismo.

## FOR A PERMANENT HISTORY OF THE OTHER: PEDAGOGICAL PRACTICE ABOUT THE DISGUSTING ADVERTISEMENTS PUBLISHED ABOUT SLAVES AND NURSES

**Abstract:** The present research presents a pedagogical practice carried out during the history class with an 8th grade class in a municipal school in Ijuí, Rio Grande do Sul. The proposal was to research advertisements of slaves and wet nurses published in newspapers during the 19th century, in the meantime, the experience demonstrated how important it is to constitute a permanent history of the Other, a history capable of bringing to light the barbarities, the oppressions and the oppressed, the exclusions and the excluded. It is by assuming a perspective of otherness in the educational field that a common human world, more just, solidary and harmonious, can be constituted, with possibilities for plural coexistence, because only an education committed to the common world (the I, the Other, and so many others) welcomes everyone in the hope that they can love it in their own unique way.

**Keywords:** Alterity. Adverts. Slavery. History. Racism.

## INTRODUÇÃO

A educação escolar, em sua especificidade, precisa constituir-se na atenta escuta do Outro, no atender ao seu chamado, este é, a meu ver, o primeiro movimento em direção ao sentido humano e da própria mundanidade. Nessa direção, a experiência educativa é um constante inquietar-se com o Outro, e o inquietar caracteriza o sujeito que se faz educado e responsável. A educação escolar é, destarte, o próprio ensinamento da resposta, a ruptura com

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação nas Ciências (UNIJUÍ). Professor da Rede Municipal de Ijuí/RS e também da EFA/UNIJUÍ.  
E-mail: [jenerton.schutz@unijui.edu.br](mailto:jenerton.schutz@unijui.edu.br) Orcird: 0000-0002-3603-7097. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6075418179655079>

o estado de indiferença, uma vez que o sujeito que é educado é um constante inquieto e não-indiferente às injustiças, opressões, violências sofridas pelo Outro.

Nesse sentido, uma experiência educativa que questiona as injustiças do mundo e se faz sensível ao sofrimento do Outro, rompe com o estado de indiferença e desperta a sensibilidade ética nos/dos sujeitos da educação. Obviamente, importa destacar que é impossível sentir a dor do Outro, sua dor é irreduzível, não é possível se colocar no seu lugar, entretanto, é no permanente inquietamento pelas injustiças que o Outro sofre que se pode, mormente, dar lugar ao primeiro elemento de qualquer experiência educativa.

Outrossim, uma educação permanente do Outro passa a ser resistência às injustiças e desperta nos estudantes a sensibilidade ética e a criação de condições de possibilidade de formação de consciência histórica capaz de manter viva, nos recém-chegados, a memória dos subjugados e excluídos da história, como lembra Walter Benjamin, é preciso escovar a história a contrapelo.

Face ao exposto, é preciso constituir uma educação escolar que não mostra apenas as maravilhas mundanas, mas que não oculte as barbáries e os gritos dos excluídos. Em outras palavras, ou melhor, nas palavras de Hannah Arendt (2013, p. 247), “a educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos responsabilidade por ele [...] e [...] onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo”. Uma educação comprometida com o mundo comum (o eu, o Outro, e tantos outros) dá as boas-vindas a todos na esperança de que possam amá-lo à sua maneira singular.

É preciso, em síntese, não apenas mostrar as coisas “belas” da história humana, as conquistas, feitos e heróis, mas também as barbáries, as exclusões e os excluídos, as injustiças e os injustiçados, as opressões e os oprimidos, os massacres e os massacrados, as inúmeras linguagens discriminatórias e os discriminados, os direitos negados aos tantos gêneros humanos.

Portanto, ao se ultrapassar a visão objetificadora e totalitária o eu assume uma atitude de abertura/relação, de escutar a palavra que vem do Outro, pois é o Outro que me permite pensar a educação como novidade, como imprevisível, como encontro, respeito, e aprendizagem. É nesse sentido que o presente relato de experiência objetiva trazer à baila uma proposta didática desenvolvida em uma turma de 8º ano do Ensino Fundamental no município de Ijuí/RS. A proposta em pauta realizou uma intervenção de pesquisa durante a disciplina de História, a saber, investigou os anúncios sobre Escravos e Ama de Leite que eram publicizados em jornais, principalmente durante o século XIX.

## METODOLOGIA

O presente relato de experiência foi desenvolvido em uma turma do 8º ano numa escola da rede municipal de Ijuí/RS. Para tal, fez uso de abordagem qualitativa exploratória, uma vez que teve por objetivo encontrar anúncios de Escravos e Ama de Leite publicizados em jornais e digitalizados em endereços eletrônicos (sites).

Antes de se efetivar a pesquisa, realizou-se aula expositiva sobre o Brasil Colonial e Imperial e a escravidão que se constituía na base destes períodos. Além disso, foram repassados (vistos) alguns vídeos sobre as escravas ama de leite e o cotidiano do escravizado. Tendo-se fundamentado e fertilizado o aprendizado dos alunos acerca da temática, iniciou-se a pesquisa em sites.

Não obstante, a pesquisa foi realizada em duplas e, cada dupla estava incumbida de encontrar 10 anúncios e transcrevê-los para o seu caderno, posteriormente, foram elaborados cartazes com os respectivos anúncios no intuito de publicizar a pesquisa e apresentá-la para os colegas e outras turmas da escola.

Abaixo é possível observar o momento em que a pesquisa estava sendo realizada pelos estudantes. Importante ressaltar que para a pesquisa foram utilizados os *Chromebooks* da escola e a própria sala de aula. A pesquisa foi realizada durante 3 aulas de 50 minutos, além disso, duas aulas foram utilizadas para a confecção dos cartazes e mais uma aula para apresentação e publicização na escola.

Figura 1: Realização da Pesquisa



Fonte: Autoria própria (2022).

Ademais, a partir do exposto no viés metodológico, elucidam-se algumas reflexões acerca da escravidão no Brasil e, em seguida, tematiza-se a pesquisa sobre os anúncios, a compreensão dos alunos acerca da pesquisa e a socialização.

## **NOTAS SOBRE A ESCRAVIDÃO NO BRASIL**

A partir da política expansionista e colonizadora dos países europeus, o propósito de vir a lucrar de forma exacerbada e veloz através do comércio de especiarias com a Ásia, com a extração de ouro no continente africano, e a exploração do território na América - no intuito de cultivar produtos agrícolas que eram de grande interesse e procura na Europa.

Nesse sentido, para garantir tais explorações e ocupações em grande escala e altamente lucrativas, institui-se o tráfico negreiro e a escravização sem regras de homens e mulheres, especificamente, no considerado empreendimento português no território brasileiro.

A partir da chegada de embarcações portuguesas ao Brasil, em abril de 1500, havia em toda região do litoral brasileiro a ocupação por etnias indígenas. Outrossim, os portugueses passaram a se interessar pela exploração de produtos tropicais, entre eles, o Pau-Brasil, dando-se início à fase de escambo com os povos indígenas, ou seja, eram oferecidos artigos insignificantes trazidos da Europa, como espelhos, colares, brilhantes, entre outros, em troca da força do trabalho indígena na extração e envio do Pau-Brasil para a Europa. No momento em que os produtos não mais lhe atraíam, resultava no desinteresse total de servir aos portugueses, iniciou-se a fase da escravidão do indígena, regulamentada pela Coroa Portuguesa (BUENO, 2003).

Preocupados com os indígenas que morriam como moscas não apenas por sua absoluta impossibilidade de adaptação ao regime do trabalho forçado como também pelos surtos epidêmicos que se alastraram nos aldeamentos, senzalas ou nos engenhos, foi necessário aderir a outras formas de trabalho escravizado.

Importante destacar, também, que a introdução do trabalho escravo negro no território colonial foi feita gradativamente. Os primeiros africanos foram enviados pela metrópole próximo a 1550, entretanto, o tráfico só começou a se intensificar a partir de 1570. Esse fenômeno ocorreu, principalmente, por conta dos altos lucros gerados pelo próprio tráfico negreiro, apesar de um escravo negro custar até 3 vezes mais do que um escravo indígena em muitos lugares da colônia. Na Bahia, por exemplo, entre 1572 e 1575, um escravo de origem Tupi custava cerca de 7 mil réis enquanto um escravo africano custava 20 mil réis para o

comprador e, mesmo com esta disparidade de valores, o tráfico negreiro ainda era mais lucrativo.

Face ao exposto, Gorender (1978, p. 125) destaca que se compreende

[...] o quanto isto seria vantajoso aos traficantes. Estes faziam gastos iniciais na armação dos navios, no pagamento às tripulações e na compra dos produtos com os quais iam adquirir os escravos a serem vendidos nos portos das Américas. [...] podiam os traficantes europeus adquirir os escravos por um preço que, juntando todos os gastos feitos, não representaria senão pequena fração do preço final no mercado americano; pois, enquanto o escravo não tinha valor na África, o contrário sucedia do outro lado do Atlântico.

Porfírio, Blum e Silva (2021) reiteram que as altas taxas de lucro se davam principalmente pelo baixo custo do negro na costa africana, dado o fato de que a grande maioria dos escravos eram os perdedores das guerras intertribais ou provenientes de povos que viviam próximos à costa, em locais de fácil acesso para a captura. Além disso, outros fatores importantes foram a precariedade do transporte, pois os primeiros navios, chamados tumbeiros, transportavam até quatro vezes sua capacidade por viagem, além dos altos preços de venda gerados pela demanda no Nordeste brasileiro. Isso dava ao traficante a possibilidade de atravessar centenas de escravos de uma só vez, com custos que eram cobertos mesmo perdendo até 30% da tripulação escrava negra.

Dessa forma, o Brasil envolveu-se plenamente nessa trágica aventura da escravidão. Presume-se que tenham sido trazidos forçadamente para o nosso país cerca de 40% dos africanos vitimados pela escravidão moderna. Foram eles e seus descendentes que constituíram a quase total força de trabalho existente durante os mais de trezentos anos em que vigorou a instituição escravocrata brasileira.

Assim, a escravidão acabou por penetrar todos os aspectos da sociedade brasileira durante esse período. Os afro-brasileiros deram vida e fizeram movimentar “engenhos, fazendas, minas plantações, fábricas, cozinhas e salões” (REIS; GOMES, 1996, p. 19) e deixaram suas marcas em outros elementos da vida material e cultural do Brasil, “agricultura, culinária, religião, língua, música, artes, arquitetura.

Os escravizados, nascidos na África e no Brasil, foram a mão de obra utilizada na criação da riqueza derivada da cana de açúcar, do algodão, do ouro e do café, principais produtos de exportação do Brasil. Todavia, eles eram também empregados domésticos, amas de leite, sapateiros, barbeiros, vendedores de rua, pedreiros, pescadores, alfaiates e ferreiros. As ruas e as casas brasileiras do século XIX transbordavam escravidão.

Segundo Kok (1997, p. 22), “no início do século XIX, dos quatro milhões de habitantes que viviam na colônia, aproximadamente a metade dessa população era escrava.” Com base nos dados da Slave Voyages, estima-se que dos 12,5 milhões de africanos trazidos para a América, o que equivale a quase 11,4 mil viagens negreiras, 4,8 milhões de escravizados tiveram a América portuguesa como destino. Destes escravos que chegaram ao Brasil, cerca de 80% eram trabalhadores dos engenhos de açúcar, os chamados escravos de campo, e os 20% restantes se formavam por escravos domésticos e artesãos.

Outros dados são publicizados também por Schwarcz e Gomes (2018, p. 156):

Na época da independência, dos 112 mil habitantes do Rio de Janeiro, praticamente metade, 55 mil, era de cativos. Em 1849, a população livre havia triplicado, chegando a 144 mil pessoas, mas o número de cativos dobrara. Eram mais de 110 mil, mesmo levando-se em conta que, depois que o tráfico tornou-se ilegal, em 1831, a subcontagem agravou-se; ninguém queria revelar a posse de africanos contrabandeados.

Dito de outra forma, “a escravidão não é uma organização normal da ordem social, a escravidão é uma invenção histórica contrária ao ‘direito natural’, uma violação do estado natural do homem, inerente ao escravo” (CHALHOUB, 1990, p. 131). Ou seja, foi preciso criar mecanismos para que a escravidão fosse legitimada, e imputar inferioridade aos negros foi um deles. A própria denominação senhor de escravos ou dono de escravos, já denota uma relação de poder, obediência, subserviência e dominação.

Além disso, é importante lembrar que os escravos eram vistos como bárbaros, selvagens, literalmente animais e sem limites. Em virtude disso, Finley corrobora afirmando que

O emprego potencial ou efetivo da força bruta é um fator certamente presente, mas não o único. Se o escravo é uma propriedade com a alma, um não – ser que é biologicamente humano, devemos esperar certos procedimentos institucionais que o degradarão e aviltarão sua humanidade, para distingui-lo de seres humanos que não são propriedade. A punição corporal e a tortura constituem procedimentos do gênero (FINLEY, 1991, p. 99).

De acordo com Norbert Elias e John Scotson, os membros do grupo estabelecido, estigmatizam os de outro grupo, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente (ELIAS; SCOTSON, 2000). A escravidão, instituição degradante, produziu anomia social, pobreza e desigualdade. Logo, o preconceito, o racismo e a discriminação racial são considerados no Brasil como consequências naturais da escravidão.

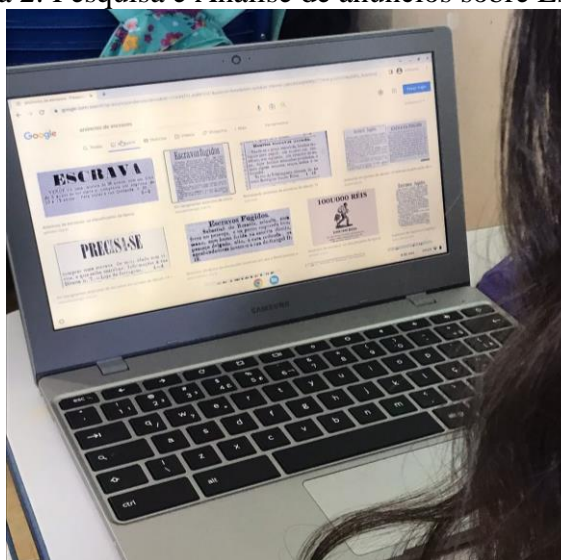
## ANÚNCIOS REPUGNANTES E A NECESSIDADE DE RESSIGNIFICAR A HISTÓRIA DO OUTRO

Os jornais brasileiros do século XIX são fontes preciosas para investigar a sociedade daquele período, pois através de seus registros é possível perceber o cotidiano, as principais discussões da época (tanto no campo político como no social), as atividades comerciais e até as noções de comportamento e moralidade. Naquele contexto o escravo era presença constante nas páginas dos periódicos, fosse sob a forma de contos, de crônicas, de noticiários e, especialmente, em anúncios.

Nesse sentido, é incontestável a inovação realizada por Gilberto Freyre, nomeadamente em: *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, obra publicada pela primeira vez no ano de 1963. Ao utilizar anúncios de escravos como fontes para estudar a escravidão, o autor foi o primeiro a realizar um trabalho valendose daquele tipo de registro.

A verdade, porém, é que dos anúncios de escravos à venda ou que pudessem ser comprados ou alugados, em jornais brasileiros do século XIX, há uns tantos que revelam o que, na verdade, houve de cruel, em contraste com aquelas evidências de benignidade nas relações de não poucos senhores com seus escravos. A benignidade nas relações de senhores com escravos, no Brasil patriarcal, não é para ser admitida, é claro, senão em termos relativos. Um senhor será sempre um senhor. Na Figura 2 é possível observar os alunos pesquisando e analisando alguns anúncios sobre os escravos.

Figura 2: Pesquisa e Análise de anúncios sobre Escravos



Fonte: Autoria própria (2022).

Uma primeira observação digna de nota é que os anúncios além das fugas ou roubos de cativos, retratam também outros ligados à comercialização do ‘gado humano’: compra, venda, aluguel, hipoteca e leilão. Embora a fuga seja a notícia mais frequente – ao menos na imprensa sergipana – os anúncios de comércio de cativos fornecem igualmente riquíssimas informações sobre o valor, habilidades e outros aspectos da demografia da mão de obra de origem africana (MOTT, 2008). Não obstante, na Figura 3 é possível observar outro momento em que os alunos estão a pesquisar sobre as Amas de Leite.

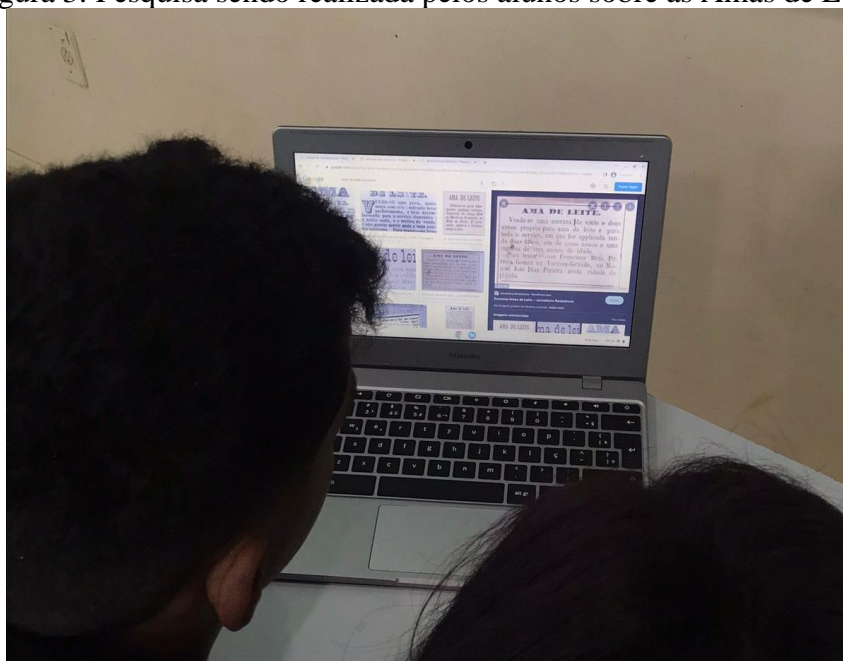
Pois, conforme o pensamento de Souza (2012), durante o período escravista no Brasil, as atividades nos domicílios não se limitavam aos serviços de limpeza e cuidado das residências, mas abrangiam a própria produção econômica nas casas de família, pois cabia às escravas as tarefas relacionadas à produção de alimentação, vestuário, fabricação de equipamentos e utensílios para o trabalho. E, ainda, Rodrigues (2015) lembra que este trabalho estava permeado de tarefas de cuidados com as pessoas das famílias proprietárias das escravizadas ou contratantes dos serviços de mulheres libertas ou livres.

Dessa forma, entre os trabalhos domésticos desempenhados por mulheres no passado, está a atividade das amas de leite, tarefa primeiramente imposta às escravizadas, já que a sociedade de então era balizada massivamente nesse tipo de sistema de trabalho. O contato diário dessas Amas com a família para quem trabalhavam, principalmente com as crianças, poderia desencadear relações afetivas que ultrapassam a condição social e laboral dessas mulheres.

Cabe destacar também que a utilização de amas de leite escravizadas negras parece ter sido importada da Europa no Brasil Colonial (SILVA, 1990). Freyre (1946) apontava o costume de, na sociedade escravista, as mães buscarem amas negras para amamentarem seus filhos, ao que o autor atribuía ao “maior vigor” das escravizadas. No entanto, Silva (1990) aponta para a própria condição escrava dessas mulheres, com disponibilidade de leite, o motivo pelo qual se recorria às amas negras.



Figura 3: Pesquisa sendo realizada pelos alunos sobre as Amas de Leite



Fonte: Autoria própria (2022).

Ademais, a venda e aluguel de escravas como amas-de-leite atendia a uma demanda das famílias em que as mulheres brancas não queriam amamentar seus filhos, seja por modismo ou por incapacidade física. “As mulheres brancas nunca amamentam seus filhos e daí os anúncios de escravas para amas de leite, que enchem os jornais da capital.” (SCHLICHTHORST, 2000, p. 141).

Com a categoria “escravos de aluguel”, as amas de leite também eram um negócio que interessava os senhores, uma vez que a renda poderia não vir somente das produções agro-pastoris e muitos pequenos proprietários de escravos viviam dessa venda de mão de obra escrava no espaço urbano. O aluguel de mulheres escravizadas para o aleitamento era mais rentável do que a manutenção dessas mulheres no espaço doméstico, como criadas ou em outra função (SILVA, 1990).

Conforme o *Correio Paulistano* de 1870:

É incrível o abuso do direito do senhor contra o escravo, e o número de escravas fisicamente impossibilitadas de amamentar que diariamente vem ao nosso consultório: umas syphiliticas, outras escorbüticas; umas com empigens, outras tuberculosas; umas chloróticas, outras escrofulosas; quasi todas sem leite, porque, contra todas as leis divinas e humanas, se lhes tem arrancado os filhos para leval-os à roda, afim de alugar as mães, mais facilmente, como amas de leite. Ora, como bastam dias sem dar de mamar para estancar o leite, resulta que se alugam assim mesmo amas, e o que de mais revoltante há é que depois de uma ama esgotada por uma longa criação, ainda se obriga a pobre escrava a dizer que pariu a poucos dias, e que se não

tem bastante leite é porque o filho foi para a roda e não tem dado de mamar; [...], porém tarde e às más horas se conhece o embuste. (Correio Paulistano, 7 dez. 1870, p. 4).

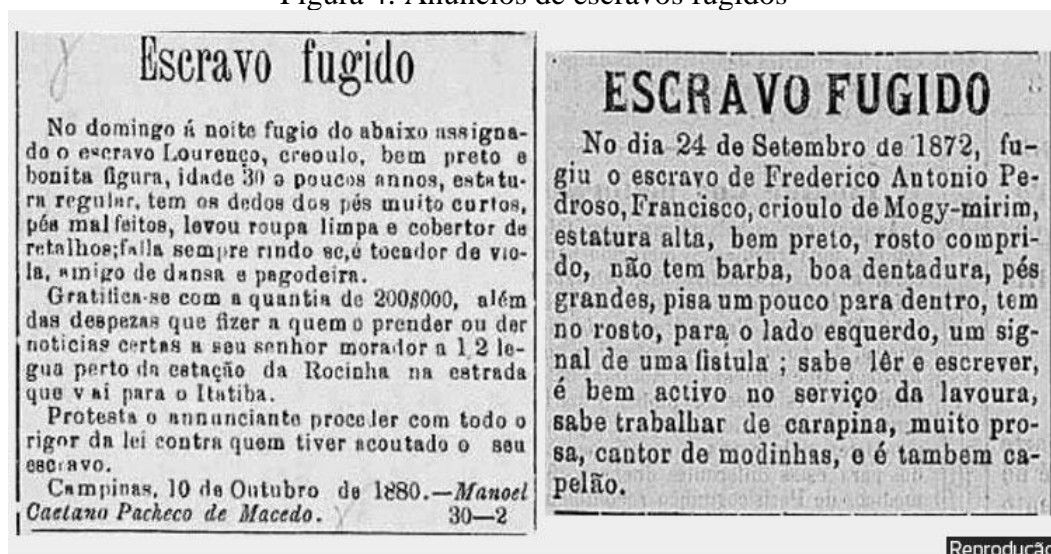
Não seria de admirar que diante de tantos sofrimentos, as amas-de-leite ficassem revoltadas e quisessem se vingar sobre as crianças brancas que amamentavam. “As tristes histórias de separação das amas negras escravas e seus filhos naturais narravam casos de crianças vendidas em separado da mãe”, como escreve Koutsoukos (2009, p. 307).

Além disso, há ainda os anúncios de escravos fugidos, pois, conforme Reis e Gomes (1996), a fuga era algo previsível nos mundos da escravidão. Ao mesmo tempo que a escravidão tinha acabado e levado “consigo ofícios e aparelhos”, na sua existência enquanto instituição sócio-jurídica até 1888 aconteceram processos históricos totalmente previsíveis. A fuga dos escravos foi um deles.

A fuga era um dos meios de resistência à escravidão mais corriqueiro. Os escravos costumavam fugir em grupo, o que resultava na formação de quilombos. Porém, algumas vezes, as fugas eram realizadas individualmente, ocasião em que os fugitivos procuravam abrigo na residência de algum liberto ou livre conhecido, viajavam para outra região ou se estabeleciam em áreas periféricas da cidade. Para não serem presos, os escravos fugidos fingiam ser negros libertos, desempenhando algum tipo de atividade para sua sobrevivência e fazendo parte do cotidiano periférico urbano.

Na pesquisa realizada por Moura (2022), a autora cita que no período de 1827 a 1850, foram mapeados em torno de 24.000 anúncios de fuga publicados no *Jornal do Commercio*, o primeiro jornal do País. Os autores Martins e Luca (2008) lembram que o *Jornal do Commercio* foi fundado em 1º de outubro de 1827, cinco anos após a Independência do Brasil, tendo sua duração até o dia 29 de abril de 2016. Além disso, é considerado o jornal mais antigo da América Latina.

Figura 4: Anúncios de escravos fugidos

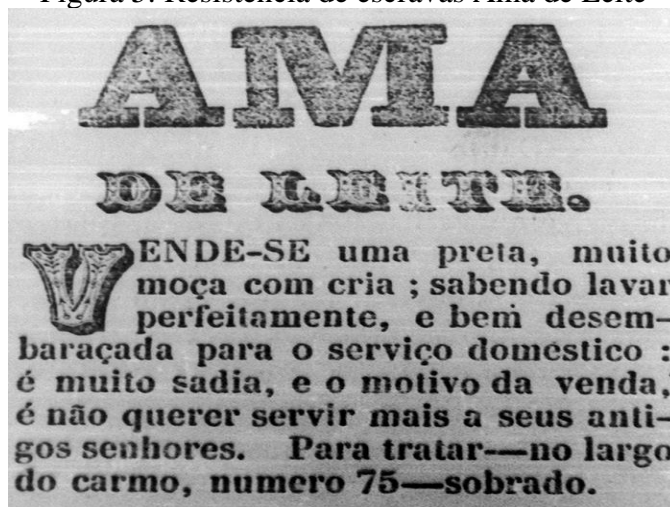


Fonte: Insper (2021).

Destarte, a questão da resistência escrava vai além das tentativas dos escravizados de colocarem fim à ordem escravista. Matar o proprietário, fugir e trabalhar para outra pessoa, formar quilombos, protestar para se ter uma roça ou para a diminuição de castigos, sabotagens, suicídio, abortos, ações de liberdade, compra de alforria, se passar por forro, mudar de nome ou preferir ser preso a voltar para a casa do senhor, são alguns dos diferentes procedimentos que demonstram o esforço desses sujeitos de alargarem seus espaços de autonomia. Apesar de não colocarem em xeque a ordem escravista, de uma forma imediata, essas ações, ainda assim, modelavam os limites do cativeiro, e ao longo do tempo, foram fundamentais para desgastar e destruir a legitimidade da escravidão (REIS; GOMES, 1996).

Além disso, em outro anúncio encontrado pelos alunos, observa-se também aspectos de resistência das escravas de Ama de Leite aos senhores, constando no anúncio o motivo da venda: “[...] não querer servir mais a seus antigos senhores”, as mulheres escravas pertenciam a pequenos planteis e, com algumas exceções, quando estavam na fase lactante eram vendidas ou alugadas como amas de leite, muitas vezes sendo separadas abruptamente de seus filhos, estes colocados na Roda de Enjeitados. Na Figura 5 abaixo é possível observar um anúncio de Ama de Leite.

Figura 5: Resistência de escravas Ama de Leite



Fonte: Propagandas Históricas (2018).

Em virtude do exposto até aqui, pode-se aferir que os escravizados sabiam da sua importância para a manutenção da vida econômica dos seus algozes. Para manter os seus direitos que foram conquistados com muita luta, os negros em muitas situações passaram a se utilizar das fugas e/ou resistências outras. Em algumas situações os cativos fugiam por período curto de tempo, esse mecanismo poderia ser considerado um caso de resistência que teria como um dos objetivos melhorar a condição de trabalho e vida ou outras questões que envolvia a convivência nas senzalas (REIS; SILVA, 2009).

É pertinente destacar as reações dos alunos ao encontrar os anúncios, pois, muitos deles não tinham, até então, a noção da existência de tais anúncios durante o período da história brasileira. Muitos alunos, ao se depararem com os anúncios diziam: “Isso realmente existiu?”, “Essa escrita é real, professor?”, “Nossa, esses anúncios são muito fortes”, “Eu nunca tinha ouvido falar sobre tais anúncios, professor”. Tais dizeres reforçam o motivo de vir a se constituir uma história permanente do Outro, uma história que interpela o Outro, que apresenta o Outro, que discute a pluralidade humana.

Portanto, necessitamos de uma história que não oculte as barbáries e os gritos dos excluídos/mesmos, que não consiga ordenar, nomear, definir ou tornar congruentes os silêncios, os gestos, os olhares e as palavras do Outro. Uma história permanente do Outro que volta e reverbera permanentemente é a história de um tempo Outro, de um Outro tempo, de uma espacialidade outra, de uma outra espacialidade, em suma, uma história do pensar!

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos este escrito reiterando que uma educação que não trabalha o ato de pensar, também a partir do Outro, deixa-se embair na boa sorte do que encontra como constituído nas subjetividades unificadoras e totalizadoras dos processos educacionais e na perda do sentido do humano, reduzindo-se assim a possibilidade da alteridade. Dessa forma, o professor tem o desafio de em cada encontro (aula, discussão etc.) colocar-se aberto à alteridade pela interpelação que vem do Outro, pois esta rompe um pouco ou completamente o plano que apreende a relação. A educação é, necessariamente, um empreendimento coletivo. Para educar – e para ser educado – é necessário que haja ao menos duas singularidades em contato. Educar é um encontro de singularidades.

É preciso resgatar e garantir a humanização e respeitar o ser humano na sua diferença. O Outro é deduzido muitas vezes a partir do Eu, visto como ameaça, negação, que questiona e confronta ao poderio do Eu, nesse sentido é que emerge a grande virada para a capacidade do ser humano se fazer e refazer nesse movimento. Pois a relação para alcançar a alteridade é dada pela exterioridade sendo uma preocupação não para comigo, mas para com o Outro, uma vez que o Outro é sempre uma nova possibilidade, um novo (re)começo.

Como vimos, os anúncios sobre Escravos e Amas de Leite demonstram a dura realidade enfrentada por ambos, considerados objetos de troca, venda e aluguel. Por isso que a resistência existiu e expressou-se das formas mais variadas, tornando-se mais evidente quando “direitos” preestabelecidos dos escravos não eram respeitados, demonstrando que, por mais que o cativo fosse juridicamente considerado um objeto, seu cotidiano era repleto de negociação articulada.

Numa educação anônima, para parafrasear Arendt (2013), não há pessoas que se revelam, nem experiências sobre as quais possamos pensar e nas quais possamos encontrar algum sentido para a educação e o Outro. Muitas vezes, há experiências e momentos significativos que surgem, de modo inesperado, em alguma escola, em alguma sala de aula - algumas luzes, como diz Arendt. Assim, quem pensa o Outro e nele sua educação, tem de tomar cuidado para não apagar as luzes, pois elas nos lembram a tarefa da educação: cuidar de um mundo que não dispensa as pessoas (o Outro), mas depende delas.

## REFERÊNCIAS

- ARENDRT, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CHALHOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.
- FINLEY, M. I. **Escravidão antiga e ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1946.
- GORENDER, J. **O Escravismo Colonial**. 5ª. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- INSPER. Anúncios em jornais do século 19 indicam qualificação de escravos. **INSPER Conhecimento**. 2021. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/conhecimento/conjuntura-economica/anuncios-em-jornais-do-seculo-19-indicam-qualificacao-de-escravos/>>. Acesso em: 20 out. 2022.
- KOK, G. P. **A escravidão no Brasil colonial: Índios e negros: história de escravidão e resistência na colônia**. 6ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- KOUTSOUKOS, S. S. M. **Amas mercenárias: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas - Brasil, segunda metade do século XIX**. História, Ciências, Saúde: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 305-324, 2009.
- MARTINS, A.; LUCA, T. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- MOURA, A. R. M. de. **Cultura Escravista e Resistência Escrava nos anúncios de fuga do Jornal Do Commercio (Rio De Janeiro, 1827-1850)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). 2022.
- MOTT, L. O escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. 1833-1864. In: **Sergipe colonial e imperial: religião, família, escravidão e sociedade: 1591-1882**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008. p. 95-117. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1986/T86V01A01.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2022.
- PROPAGANDAS HISTÓRICAS. Venda de Ama de Leite (Escrava) - 1879. 2018. Disponível em: <<https://www.propagandashistoricas.com.br/2018/04/anuncio-venda-de-escravo.html>>. Acesso em: 20 out. 2022.

PORFIRIO, F. M.; BLUM, L. F. M.; SILVA, R. S. Os lucros da escravidão no Brasil e seu impacto econômico: uma abordagem histórica dos séculos XVI ao XIX. **Revista Pet Economia Ufes**. Vol. 2. Agosto, 2021.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. **Liberdade Por um Fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, J. J.; SILVA E. **Negociação e Conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RODRIGUES, M. B. “**A vida é um jogo para quem tem ancas**”: uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX. 2015. 208 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – PPGAnt, UFPEL, Pelotas, RS, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Ed.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. Editora Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Antônio Augusto Moura da. **Amamentação**: fardo ou desejo?: Estudo histórico-social dos saberes e práticas sobre o aleitamento na sociedade brasileira. 1990. 236 f. Dissertação (Mestrado em Medicina) - PPGM, USP, Ribeirão Preto, SP, 1990.

SOUZA, Flavia Fernandes. Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial. In: XAVIER, Giovanna; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flavio (Org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 244-260.

*Recebido: 22 de novembro de 2022*

*Aceito: 28 de novembro de 2022*